

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.641.536 - RS (2019/0377297-7)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADOS : JOÃO PAULO IBANEZ LEAL - RS012037
ANGELA IBANEZ LEAL - RS045060
MARTHA IBANEZ LEAL - RS035205
ROBERTO CAPRA DE MORAES - RS062756
AGRAVADO : OSMAR ROST
ADVOGADO : ANA LÍDIA ROCHA DE MENEZES COSTA - RS036162

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto por OI S.A., em face de acórdão assim ementado (fl. 1.608):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. CONTRATOS DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. BRASIL TELECOM.

RECUPERAÇÃO JUDICIAL. LIBERAÇÃO DE VALORES.

1. Não se sujeitam ao plano de recuperação judicial e devem ser liberados em favor do credor os créditos em que: (i) o depósito tenha sido efetuado antes do dia 21/06/2016; e (ii) que o valor tenha sido depositado com a expressa declaração de pagamento ou que já estivessem preclusas as impugnações ao cumprimento de sentença da Brasil Telecom, de forma que o saldo devido se revelasse incontroverso até o dia 20/06/2016.

2. No presente caso, considerando que tanto o depósito/penhora, quanto o trânsito em julgado da impugnação ao cumprimento de sentença são anteriores ao pedido de recuperação judicial - 21/06/2016, não há qualquer óbice para a liberação destes valores.

AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO.

Os embargos de declaração opostos na origem foram rejeitados (fls. 1.665/1.671).

Nas razões do especial, a ora agravante alega ofensa ao art. 1.022, II, do Código de Processo Civil/2015, por omissão do Tribunal de origem, ao não se pronunciar sobre as questões postas em debate nos embargos de declaração.

No mérito, argui violação dos arts. 6º, 49 e 59, da Lei 11.101/2005 afirmando, em síntese, ser descabida a liberação dos valores depositados em face de sua

iliquidez.

Ultrapassado o juízo de admissibilidade, passo a decidir.

Inicialmente, verifico que não há omissão alguma ou ausência de fundamentação na apreciação das questões suscitadas.

Ressalte-se que não se exige do julgador a análise de todos os argumentos das partes, a fim de expressar o seu convencimento. O pronunciamento acerca dos fatos controvertidos, a que está o magistrado obrigado, encontra-se objetivamente fixado nas razões proferidas pela origem.

Esclareça-se, também, que não se traduz em omissão a motivação contrária ao interesse da parte ou que deixe de se pronunciar acerca de pontos considerados irrelevantes.

Observe-se, ainda, que "A jurisprudência é firme no sentido de que os embargos de declaração, ainda que opostos com o objetivo de prequestionamento visando à interposição de recursos nos Tribunais Superiores, não podem ser acolhidos quando inexistentes omissão, contradição ou obscuridade na decisão recorrida (EDcl no AgInt no AREsp 156.220/PR, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 20/2/2018, DJe 27/2/2018).

Quanto ao mais, o Tribunal de origem, ao julgar o agravo de instrumento concluiu pela possibilidade de levantamento dos valores em discussão, assim se pronunciando (fls. 1.613/1.614):

(...) não se sujeitam ao plano de recuperação judicial e devem ser liberados em favor do credor os créditos em que: (i) o depósito tenha sido efetuado antes do dia 20/06/2016; e (ii) o valor tenha sido depositado com a expressa declaração de pagamento ou que já estivessem preclusas as impugnações ao cumprimento de sentença da Brasil Telecom, de forma que o saldo devido se revelasse incontroverso antes do dia 20/06/2016.

Portanto, no caso em exame, observa-se que tanto o depósito/penhora (05/09/2014, fl. 400 dos autos originais), quanto o trânsito em julgado da impugnação ao cumprimento de sentença (16/02/2016, certidão fl. 1423@) (*sic*), ocorreram anteriormente a recuperação judicial da Companhia Agravante.

Assim, não há qualquer óbice para a liberação de valores referida, devendo ser mantida a decisão vergastada.

Superior Tribunal de Justiça

A análise das razões do recurso, a fim de demover o que concluído pela origem, demandaria inevitável reexame de matéria fática, procedimento que encontra óbice no verbete 7 da Súmula desta Corte.

Observe-se que foi proferida decisão no processo de recuperação judicial (Embargos no Agravo de Instrumento nº. 0034576-58.2016.8.19.0000 julgado pela 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro), onde explicitado que possível a liberação de valores nos seguintes casos:

(a) Quando o depósito judicial/bloqueio tenha sido realizado pela OI S/A em data anterior a 21.06.2016 e (b) Quando acontecer quaisquer das seguintes situações: (i) o depósito tenha sido feito com a expressa finalidade de pagamento pela OI S/A antes de 21/06/2016; (ii) **já tenha ocorrido o trânsito em julgado de embargos à execução ou da impugnação ao cumprimento de sentença, antes de 21/06/2016**, ou (iii) já tenha ocorrido a preclusão do incidente de impugnação ao cumprimento de sentença, antes de 21/06/2016. (grifei)

Verifique-se que, no presente caso, a Corte de origem deixa claro que o trânsito em julgado da impugnação ao cumprimento de sentença ocorreu em 16.2.2016 (fl. 1.614), ou seja, antes do pedido de recuperação judicial, o que desobriga a habilitação do crédito. Nesse mesmo sentido: REsp n. 1.851.788/RS, Relator Ministro MARCO BUZZI, DJe de 11/12/2019.

Em face do exposto, não havendo o que se reformar, nos termos do art. 34, XVIII, "b", do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 16 de março de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora